

Sistematização aprova projeto da nova Carta

Segunda-feira começa a discussão em plenário e abre-se novo prazo de 30 dias para emendas

O projeto de Constituição elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMD da Comissão de Sistematização, foi aprovado ontem por 76 votos contra 15, em tumultuada sessão em que ainda repercutia o acordo de lideranças realizado na parte da manhã. Cerca de 100 pedidos de destaque chegaram à Mesa e foram anunciados pelo presidente da Comissão, senador Afonso Arinos. Para cumprir o entendimento feito entre os líderes, as solicitações de destaques foram retiradas, com exceção das que haviam sido encaminhadas pelos deputados Gastone Righi (PTB-SP).

Iniciada às 16h30, a sessão serviu, inicialmente, para discutir o teor do acordo de lideranças e as denúncias da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) de que as declarações a ela atribuídas pela imprensa a respeito de fraudes na Comissão de Sistematização não eram verdadeiras. Por mais de uma hora, líderes e representantes partidários se manifestaram a respeito do entendimento da manhã e a maioria acertava que, se prevalecesse a hipótese de não solicitação de destaques, todos os pedidos seriam retirados.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) pediu a palavra logo no início da sessão para defender a manutenção do acordo, a partir da aprovação do Projeto de Bernardo Cabral e da retirada dos pedidos de destaque. Lembrou que o conjunto de emendas não aproveitado pelo relator da Comissão de Sistematização seria enviado ao presidente da Mesa da Constituinte, Ulysses Guimarães, para nova numeração e apreciação na próxima fase de trabalho.

O deputado Gastone Righi, um dos 15 votos contrários ao projeto de Cabral, exigia em nome de sua bancada o cum-

primento do Regimento Interno da Constituinte. "Queremos votar e vamos votar o parecer, ressalvados os destaques e as votações em separado de alguns dispositivos", ressaltava. Ao longo da sessão, ele continuou "não entendendo" o teor do acordo de lideranças e registrou várias vezes sua preocupação neste sentido. Ao mesmo tempo, o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) defendia o acordo dizendo que ele não feria o regimento.

O relator Bernardo Cabral, defendendo o entendimento das lideranças, lembrou que esta medida vai acelerar os trabalhos, economizar tempo e pacificar as lideranças, pois a retirada dos pedidos de destaque vai "queimar" uma etapa que deixa a fase de plenário da Sistematização mais próxima. Gastone Righi argumentava ainda: "Continuo não entendendo!"

DISCUSSÃO

Depois de esgotar os assuntos iniciais da sessão, sobre as denúncias da deputada Sandra Cavalcanti e o teor do entendimento das lideranças, a Comissão de Sistematização se deparou com outra questão: da discussão ou não do projeto de Cabral. O deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), lembrou à Mesa que o artigo 20 do Regimento Interno encerra a discussão antes do parecer sobre as emendas.

Sob o argumento de não passar acima do regimento e depois que o deputado José Genoíno (PT-SP) esclareceu o dispositivo, a Mesa procedeu à votação do projeto, contando os votos dos 91 constituintes presentes. Entre os votos contrários à aprovação, os de Gastone Righi, Osvaldo Lima Filho, José Tomás Nonó, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Joaquim Bevilacqua e Paes Landim, en-

tre outros representantes do PFL e PTB.

Após a aprovação do anteprojeto, o líder do PTB, deputado Gastone Righi exigiu a votação de emenda de sua autoria que devolve aos municípios as verbas arrecadadas com o ISS. Afonso Arinos colocou a matéria à apreciação dos líderes partidários que haviam fechado acordo para que não fosse votada nenhuma das emendas apresentadas na Comissão.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, cumprindo sua parte no acordo, votou contra a apreciação da emenda. Em seguida, o deputado Inocêncio Oliveira (PE), que ocupava a liderança da Frente Liberal, declarou que sua bancada apoiava a proposição do líder petebista. Imediatamente, uma grande confusão se formou e o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) foi ao microfone para discordar do voto de Inocêncio. Todos os outros líderes partidários condenaram a atitude de Gastone e do líder petebista em exercício.

Afonso Arinos interveio e procurou minimizar a acusação, explicando haver duas formas de oportunismo e que o deputado comunista não utilizara o termo no sentido pejorativo, mas no de "estratégia política". Iniciada a apuração nominal dos votos dos constituintes, a emenda foi rejeitada por 78 votos contra apenas seis a favor: Gastone e os deputados Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Francisco Rossi (PTB-SP), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Délio Braz (PMDB-GO).

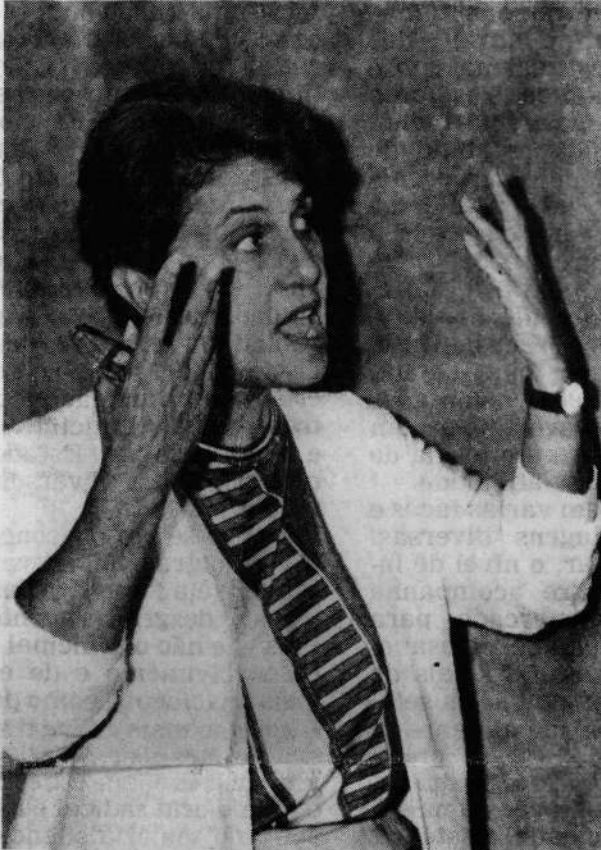
O plenário aprovou também requerimento do relator Bernardo Cabral (PMD-AM), para que fosse dispensada a votação da redação final do anteprojeto, uma vez que o texto não havia sido modificado.

EUGENIO NOVAES



Cabral e Arinos no epicentro de um ciclone que coloca em xeque a lisura do processo de feitura da Carta

GIVALDO BARBOSA



Sandra esclareceu e a Comissão culpou a imprensa

Sandra nega denúncia de manipulação

A deputada Sandra Cavalcanti culpou ontem a imprensa pela denúncia, a ela atribuída, de que teria havido manipulação por parte do relator Bernardo Cabral e sua assessoria. Explicando-se à Comissão de Sistematização, ela afirmou, segundo o relato de um deputado, que os repórteres deturparam suas palavras. Pouco depois, o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) lerá uma nota de esclarecimento, assinada por representantes de todos os partidos na Sistematização de desagravo ao relator.

Segundo o texto, seus signatários resolveram repelir "como inverídicas e aleviosas" as referências feitas ao trabalho de Cabral. A decisão foi tomada "em face das amplas explicações oferecidas pela deputada Sandra Cavalcanti, negando a autoria das declarações estampadas na imprensa".

Para a imprensa, sobrou a atribuição da culpa, bem estampada na abertura da nota, onde se diz que "as notícias de alguns jornais e TV, a respeito da atuação do deputado Bernardo Cabral, distorcem totalmente os fatos e ferem gravemente a imagem da Constituinte na opinião pública".

Os repórteres, que há mais de três horas esperavam na porta da liderança o PMDB na Constituinte o final da reunião, ouviram em silêncio a leitura da nota e ficaram sabendo que houve mais acordo neste caso do que no do assunto principal: a aprovação mais rápida do anteprojeto de Cabral.

Lourival crê em acordo na Constituinte

O senador Lourival Baptista (PFL-SE), 2º vice-presidente do Senado, manifesta sua convicção de que as principais lideranças partidárias na Constituinte entrarão em acordo para garantir que a nova Constituição seja uma média das aspirações nacionais, eliminando as profundas contradições ideológicas que compõem o texto do anteprojeto preparado pela Comissão de Sistematização.

Lourival Baptista, que se define como um social-democrata de centro, julga que será possível dotar o Brasil de uma Constituição moderna, que garanta o desenvolvimento econômico com justiça social.

EMPENHO

Lourival Baptista afirma que se entregou com grande entusiasmo ao trabalho constituinte, seja na fase das subcomissões, seja na das comissões temáticas.

Apresentou 35 sugestões de normas constitucionais na Comissão de Ordem Econômica, 13 na Comissão de Família e Educação e 15 na Comissão de Ordem Social, tendo particular interesse em punir qualquer forma de discriminação racial contra pessoas de cor e proteger os indígenas brasileiros contra qualquer tipo de exploração econômica que coloque em risco sua sobrevivência.

Só PTB se opôs ao acordo entre líderes

Mesmo com a ausência do PDS e a presença de um inflexível PTB, foi possível fechar ontem o acordo para aprovar em bloco o anteprojeto do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, e deixaria para o plenário a discussão sobre as mais de 4 mil emendas rejeitadas, economizando alguns dias de trabalho. O que se conseguiu ontem, numa reunião de mais de três horas, foi apenas o compromisso de que seriam apresentados somente os pedidos de destaque considerados essenciais.

Com este acordo capenga — do qual PDS e PTB não fazem parte — não será possível impedir que constituintes levem à votação emendas de seu interesse, embora a orientação de não pedir destaques esteja adotada pelas lideranças do PMDB, PFL, PDT, PCB, PC do B e PL. Qualquer pedido de destaque terá de ser aceito, explicava o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, contrariando o senador Fernando Henrique Cardoso — líder do PMDB —, que afirmara que seu partido tentará impedir a votação de emendas em separado. Mais do que isto, diz Monteiro, os constituintes estarão politicamente obrigados a votar, em muitos casos. "Se o Ademir de Andrade pedir destaque para a emenda da reforma agrária, tenho de votar", exemplificou.

Fernando Henrique Cardoso informou à imprensa ao final da reunião que fora acordado que todas as

emendas seriam "consideradas como aceitas para o plenário" e que os líderes — exceto o do PTB, deputado Gastone Righi — não apresentariam emendas. Outros parlamentares, como os deputados Paulo Ramos (PMDB-RJ) e Brandão Monteiro não consideram o resultado da reunião tenha sido um acordo. Brandão diz que isto só aconteceria, no caso, se houvesse unanimidade. Análises intermediárias usam expressões como "um princípio de entendimento". A verdade é que, apesar da oposição do PTB, as lideranças de vários partidos, notadamente do PMDB, aprovaram o anteprojeto de Bernardo Cabral em votação na Sistematização e ele chegará ao plenário antes do prazo previsto.

O líder do PTB sustentava que, se aceitasse o acordo proposto, estaria abrindo mão de um direito muito importante. Ele afirmou a



Righi contestou

um grupo de jornalistas que a vantagem de aprovar uma emenda na Sistematização está na necessidade de apenas 47 votos. Uma vez integrada ao anteprojeto, esta emenda só poderia ser derrubada por 280 votos, no plenário. Vários parlamentares contestaram que veemência esta afirmação. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, disse que o raciocínio de Righi vale apenas para uma fase posterior, quando o anteprojeto retornar ao plenário. Ele e outros defensores do acordo apoiaram-se na tese de que este segundo anteprojeto elaborado pelo deputado Bernardo Cabral — e a apelido de Cabral 2 — existirá apenas por três dias e que não é fundamental obter a inclusão de emendas.

A decisão de dar todas as emendas como "aceitas para o plenário" é considerada como um dado de pouca importância: ela apenas poupa aos autores o trabalho de reapresentá-las, pois este é um direito previsto no Regimento Interno. Com base nesta análise, o senador Fernando Henrique Cardoso qualificou como "estrelismo" a insistência do deputado Gastone Righi em tentar fazer aprovar agora emendas rejeitadas por Cabral. Cardoso acha que os parlamentares devem fazer um "trabalho sério" ao invés de procurar "brilhar para a platéia". "Estrelismo? Só se for o dele", devolveu o líder do PTB em uma entrevista para a televisão.

Cabral mantém o besteirol do 1º anteprojeto

Como na música do roqueiro Leo Jayme, nada mudou no projeto da Constituição que a Comissão de Sistematização "enxugou" de 501 para 496 artigos. Contra a vontade de todos, as empresas vão continuar tendo direito a crédito subsidiados, as tarifas terão que receber "a justa remuneração do capital", e até os privilégios para professores são mantidos.

Ou, ou, ou, nada mudou! O texto diz: "adquire-se a condição de sujeito de direitos pelo nascimento com vida" e até a erradicação definitiva da pobreza absoluta, suas vítimas têm direito ao amparo e assistência do estado e da sociedade, conforme o capítulo dos direitos individuais, que levou para o novo texto a proposta do senador José Paulo Bisol, do PMDB gaúcho, de que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar, "com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento".

O besteirol constituinte continua com o novo texto mantendo a expressão de que a lei disporá sobre a responsabilidade daqueles que contribuem para criar condições que levem à deficiência, ou quando proibe o registro de informações sobre convicções pessoais, atividades políticas ou vida privada, "salvo quando se tratar de processamento de dados não identificados individualmente, para fins de pesquisa e estatística".

E qual será o brasileiro que não vai querer se aproveitar do disposto nesta bela mordomia? "As representações diplomáticas e consulares do Brasil são obrigadas a prestar assistência e proteção aos brasileiros em exílio e aos seus familiares, vedada qualquer diferença de tratamento não definida em lei ou tratado de que o País seja signatário".

E as contradições do texto continuam, principalmente na parte que trata do direito à propriedade. Enquanto no caso da des-

propriação de terras, para reforma agrária, o pagamento deverá ser feito em títulos da dívida agrária, pagáveis a perder de vista, outros tipos de desapropriação, na área urbana, "serão sempre pagas à vista e em dinheiro". Há também cochilos — proposais? — como o que estabelece a parte que cria os estados. Para quatro dos novos estados a serem criados, os legisladores ofereceram várias cidades para a escolha daquelas que seriam as capitais. Mas, estranhamente, para a capital do Maranhão do Sul não haverá opção: a cidade beneficiada será Imperatriz.

Também pelo novo texto, fica incentivada a constituição das chamadas fundações, montadas por grandes grupos empresariais com o objetivo de se livrarem do imposto de renda. Essas fundações são isentas do pagamento do imposto pelo próprio Governo. Os índios vão continuar com suas terras — pelo menos no texto constitucional — e delas vão tirar, além de alimentos para sua sobrevivência, as riquezas minerais, bem como o aproveitamento dos rios. Tudo está garantido no artigo 434 do novo texto.

A redação do projeto não se esqueceu também dos nossos heróis de guerra, pois lhes garante uma série de benefícios já concedidos. As vantagens serão extensivas também aos que prestaram serviço de segurança ou vigilância do litoral ou ilhas oceânicas. Será que ainda existe alguns desses heróis desamparados por aí? Como está, a nova Constituição vai abrir oportunidade para que sejam criadas as datas comemorativas de todos os segmentos étnicos residentes no País. Com direito a feriado e tudo.

Como arremate do besteirol é bom lembrar que o povo brasileiro é o sujeito da vida política e da história nacional, como reza o artigo 19 da atual redação da Constituição. Ou, ou, ou, nada mudou...

Passeata não altera a rotina

A passeata da UDR não alterou a rotina do Congresso Nacional. Enquanto a passagem em frente ao gramado o desfile, que durou mais de uma hora, começava a longa reunião em que se tentava aprovar por acordo o anteprojeto do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. Com as vias laterais fechadas por barreiras, milhares navais na frente do Iramarati e pelotões da Polícia do Exército nas proximidades do Pla-

nalto, os manifestantes da UDR viram o Congresso de longe, gritaram meia dúzia de palavras de ordem, mas não causaram qualquer impacto aparente.

Na longa passeata, notava-se a presença de faixas contraditórias: umas muito pacíficas, outras literalmente ameaçadoras. Logo no começo dizia uma delas: "Amamos o trabalho — UDR". Mais tarde, outra dizia: "Paz, paz em..."

possível", ao passo em que uma barreira ameaçava: "Nós, proprietários, estamos prontos para vermicidar os parasitas".

Na pequena platéia que se formou na passarela, junto ao gramado do Congresso, uma grande ilustração: o coronel Alberto Brilhante Figueiredo frementeando os relatórios sobre a situação no Brasil batia palmas e sorria satisfeito. Uma mulher, também, sorria.